



Le vice-amiral brésilien, vicomte d'Inhaúma.

Retrato à paisana do Almirante Visconde de Inhaúma, publicado em periódico francês do século XIX.

O VISCONDE DE INHAÚMA

Prof. Américo Jacobina Lacombe

CONSIDERO uma homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a cujo quadro tenho a honra de pertencer, e que estou autorizado a associar a esta comemoração, o convite honroso que recebi dêste clube, cheio de tão belas tradições, para evocar a vida de um dos maiores nomes de nossa História Militar, aquêle que percorreu

modestamente uma carreira excepcional, usando com simplicidade três nomes próprios, mas que a história consagrou com o título glorioso que lhe conferiu o Imperador Dom Pedro II: Visconde de Inhaúma.

Estamos em face da vida de um herói; de um herói autêntico, participante de todos os feitos de nossa vida mili-

depois seu mestre o Cônego Januário Barbosa, humanista insigne, que juntamente com a boa latinidade lhe transmitiu as sólidas raízes de uma cultura cristã, a que foi fiel até o fim da existência. Desde êstes verdes anos, cultivou as boas letras, manejando a pena quase tão hábilmente quanto a espada e uma fidelidade às crenças tradicionais da raça que dão à fisionomia do guerreiro uma tonalidade de cruzado, fenômeno que só tem paralelo no estilo de combate de seu grande companheiro: Caxias. Suas caricaturas, distribuídas no Paraguai, representavam-no carregado de rosários e bentinhos: "Deixem-me com a minha crença", diz êle em carta íntima, "e ponham-me as alcinhas que quiserem".

Aos 14 anos e meses ingressava na Academia de Marinha, saindo guardamarinha em 1823. Logo no ano seguinte embarca na *Pedro I*, ao comando de Lorde Cochrane. Tratava-se de salvar a unidade do Império ameaçada pela Confederação do Equador. Em 1825, com dezessete anos, portanto, já era Segundo-Tenente, pôsto em que vai tomar parte em outra luta gravíssima, a Guerra da Ciplastina. O velho Almirante Rodrigo Lôbo pode ter tido numerosas qualidades, mas certamente não se caracterizava por grande rapidez de decisão. Deixando a defesa da Colônia entregue a uma força diminuta, sob o comando do bravo Mariath, expôs as forças brasileiras a uma derrota evitada pelo pundonor daquele insigne defensor, aliado a *panache* do futuro Barão de Taquari, que repetiram naquele cenário, repleto de lembranças heróicas dos Vasconcelos e dos Veigas Cabrais, feitos dignos dos antepassados portugueses, e realizados no mesmo estilo. Foi aí que começou a distinguir-se o Tenente Joaquim, conseguindo trazer em meio à esquadra inimiga, de indiscutível superioridade, os reforços com que foi salva a posse da base da Marinha Brasileira.

É dessa campanha o episódio que vai constituir o alvo principal de seus adversários políticos: a aventura do ataque à Patagônia. Planejou-o, e mal, o nôvo Comandante, o Barão do Rio da Prata (Almirante Pinto Guedes). Entregou sua execução a um oficial de sua in-

teira confiança: Shepherd. Êste teria ultrapassado as instruções recebidas, ponto nunca averiguado porque, emitidas em única via, foram confiadas ao comandante que não sobreviveu ao malôgro. Joaquim José Inácio portou-se dignamente. Depôs nesse sentido a testemunha mais credenciada: o futuro Marquês de Tamandaré, que tirou do episódio o seu aspecto lúgubre com a célebre aventura de revoltar o navio que conduzia os prisioneiros e conduzi-lo de volta a Montevidéu, sem que os comboiadores o percebessem.

Entretanto, o Barão do Rio da Prata, ausentes no outro mundo ou na prisão os principais informantes, já enviara sua versão dos fatos ao governo imperial, inculcando alguns comandantes, inclusive Joaquim José Inácio.

Não é possível ler sem indizível interesse as publicações do nobre barão: A sua *Defesa*, o seu *Echec et mat* e, finalmente, sua *Resposta*. São opúsculos dignos do antigo frade, mais hábil em esgueirar-se pelas regras do silogismo de Aristóteles e as finuras da dialética de Cícero, que cita a todo propósito em latim, de que entre os meandros do Rio da Prata. Não consegue, porém, escapar a esta contradição flagrante: se o seu juízo a respeito dos acontecimentos se fixou sem a formalidade de um Conselho de Guerra, que êle reputava essencial, porque as principais testemunhas estavam ausentes, como pôde êle, *confessadamente desinformado*, distribuir as responsabilidades? Terminou por propor ao Govêrno que os suspeitos ficassem sem promoções até revelarem, em outra oportunidade, as qualidades bélicas postas em dúvida.

Se o Barão do Rio da Prata desejava a prova de fogo, teve-a logo em seguida. No combate de Pozos, o Tenente Inácio liberta um companheiro encalhado nas águas barrentas do Prata e dominam juntos um inimigo duplamente mais armado. Já então assumira o comando o lendário Oliveira Botas, com quem o jovem tenente se liga excelentemente. Joaquim José Inácio é promovido logo a Primeiro-Tenente em 18 de outubro de 1829, recebendo, ainda, como prova de que não pairavam mais dúvidas quanto ao incidente anterior, o hábito

Joaquim José Inácio

Filho do tenente de 1.ª e 2.ª classe de 1.ª e 2.ª classe
de 1.ª e 2.ª classe de 1.ª e 2.ª classe na Ori-
gença dos Arzobis, da cidade de 1.ª e 2.ª classe.

Foi matriculado no 2.º anno de mathematica e
no 1.º anno de 1.ª e 2.ª classe de 1.ª e 2.ª classe
no Real Collegio Nacional das 1.ª e 2.ª classes,
de 1.ª e 2.ª classe de 1.ª e 2.ª classe, de
1.ª e 2.ª classe, representando 1.ª e 2.ª classe.

Por despacho de S. Ex.ª e Director da Aca-
demia Nacional, e Real das 1.ª e 2.ª classes
de 1.ª e 2.ª classe de 1.ª e 2.ª classe, foi matricula-
do no 2.º anno de Mathematica, no Real
Collegio Nacional, de 1.ª e 2.ª classe,
representando 1.ª e 2.ª classe.

Por Ordem de S. Ex.ª e Director da Aca-
demia Nacional, e Imperial das 1.ª e 2.ª classes
de 1.ª e 2.ª classe, foi matriculado no 2.º anno
de Mathematica, e de 1.ª e 2.ª classe,
de 1.ª e 2.ª classe de 1.ª e 2.ª classe.

de Cavaleiro de Cristo. Deveria, pois, estar dissolvida a nuvem levantada pelo Barão do Rio da Prata e encerrado o incidente. Pois não estava. Apenas o nosso biografado, muitos anos mais tarde, pisou a arena traiçoeira da política, teve que amargar a reedição das dúvidas de seu antigo chefe, não comprovadas, como o próprio autor declarara, e amplamente ressarcidas e superadas por atos emanados das mesmas autoridades navais. E o mais triste é que estas injustas acusações saem da pena de um dos mais altos expoentes da cultura política do Brasil. Bastante razão tinha o mordaz conselheiro Lafayette quando lançava o seu famoso dito: “a política não tem entranhas”.

Entre o fim da Guerra da Cisplatina, que teve epílogo digno, com honra para ambas as partes, na forma clássica, e que marcou uma linha definitiva em nossa política platina e a sua entrada para o governo em 1861, Joaquim José Inácio percorre dignamente os graus da carreira naval. Único incidente triste é o do naufrágio da escuna *Jaguaripe*, em 1833, na saída de Santos e que foi encalhar em frente de Laguna, em Santa Catarina. Saindo em último lugar do barco naufragado, conforme a ética, salvou-se com um irmão e reuniu-se à tripulação. Este irmão, Bento, é o mesmo que morreria, muito depois, no naufrágio da *D. Isabel* nas costas marroquinas. Desta vez teve Conselho de Guerra, que o declarou totalmente isento de culpa.

Foi ele que conduziu à Bahia, para ser encerrado no forte do Mar, o chefe revolucionário Bento Gonçalves. Fê-lo com a humanidade que caracteriza o brasileiro. Daí não terem faltado acusações de cumplicidade na fuga do grande herói gaúcho, máxime sabendo-se que nesse acontecimento interferiu a maçonaria, de que era sincero participante Joaquim José Inácio. Mas nada teve o comandante do barco com a fuga, que se deu em época posterior. As cartas de Bento Gonçalves, lidas perante a Câmara por Jequitinhonha eximem o comandante de qualquer responsabilidade.

Em 1837, já como Capitão-Tenente, tomou parte na repressão à Sabinada, surto de republicanismo baiano. Coube-

-lhe o bloqueio do pôrto, medida decisiva na debelação do movimento.

Em 1840 é na debelação do próprio movimento gaúcho que se ocupa. Não seria certamente convocado para essa missão se pairasse qualquer dúvida acerca de sua fidelidade ao Governo central. Como inspetor dos arsenais da província conflagrada defendeu a cidade do Rio Grande de um ataque dos republicanos, merecendo altas referências do Presidente Saturnino de Sousa e Oliveira.

Já era Capitão-de-Fragata, e Cavaleiro da Ordem de Avis, em 1845, quando conduziu ao Sul o Imperador, no Comando da fragata *Constituição*, viagem que selou definitivamente a paz obtida por Caxias. Pelo desempenho da missão, foi nomeado, a 2 de dezembro daquele ano, 20º aniversário do Imperador, Comendador da Rosa.

Novas missões técnicas, inclusive uma viagem à Inglaterra para reparos em unidades da Armada, valeram-lhe elogios de técnicos ingleses e do então Ministro em Londres, José Marques Lisboa, irmão de seu colega Tamandaré.

Na volta, é novamente incumbido de abafar um sério movimento revolucionário: o último do Império, a Revolta Praieira, em Pernambuco. “Não foi uma batalha”, dirá êle mais tarde, “foi uma caçada diabólica de que escapei por milagre”.

Novamente no Comando da *Constituição* voltou à côrte em 1849, já promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra para assumir o cargo de Inspetor do Arsenal de Marinha, a que se juntavam naquele tempo, as funções de Capitão do Pôrto do Rio de Janeiro. Foi aí que o alcançou a nova promoção a Chefe-de-Divisão, em 1852, aos 44 anos de idade. Teve a coragem de enfrentar uma autêntica obra de Santa Engrácia, que desafiava tôdas as administrações: o famoso dique da ilha das Cobras que, começado em 1824, só terminou, em grande parte pelos esforços do Inspetor de Arsenal Joaquim José Inácio, em 1861. O auxílio que deu à recuperação do navio português *D. Maria II* valeu-lhe o hábito de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Desde 1855 era o Presidente da Comissão de Prêças, espinhosa comissão que

Meu por bem. Nomear Cavalleiros da Ordem de São Bento de
 Aviz ao Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio, e ao Capiti-
 tão de Artilheria de Marinha José Vinancio Cantalicio. Pa-
 lacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Março de mil oito cen-
 tos e quarenta e quatro, vigesimo terceiro da Independencia e
 do Imperio.

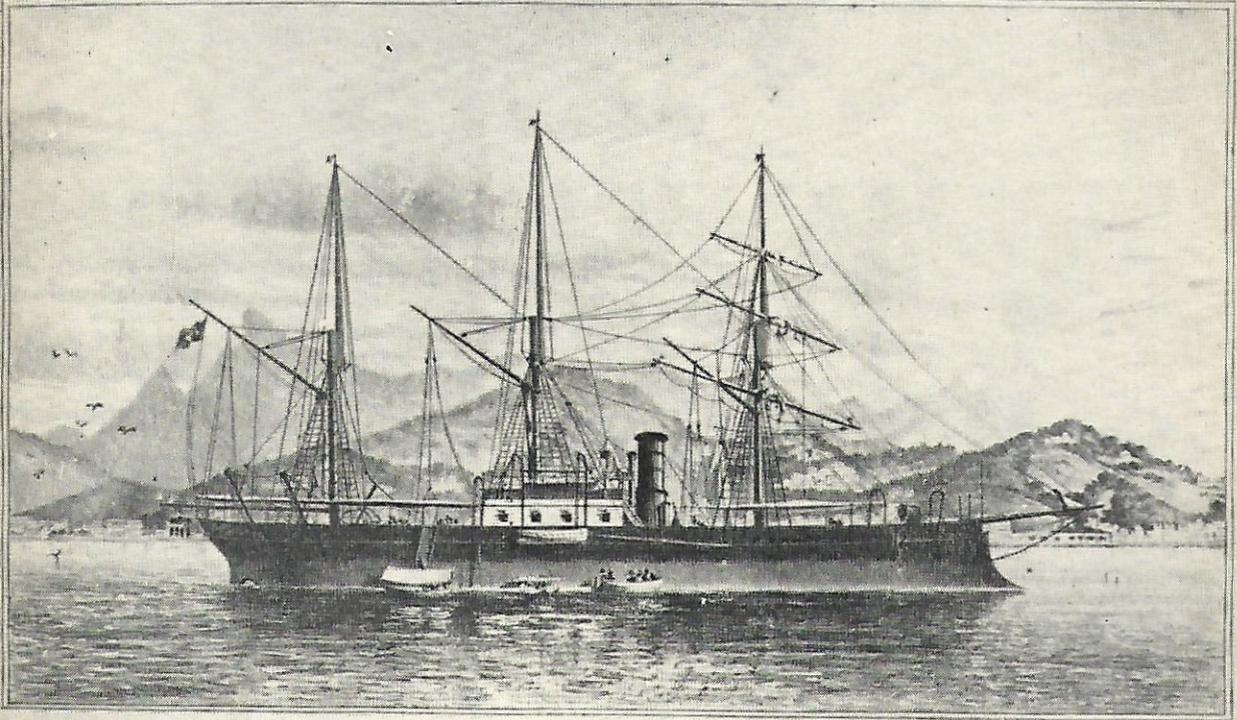


Leonor de Almeida Maranhão

P. C. ao Capitão de Artilheria de Marinha José Vinancio
 Cantalicio em 31 de Abril de 1844

Idem ao Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio, em
 17 de Junho de 1844

Doc. 98



BRASIL

Primeira corveta encouraçada da armada brasileira.

O encouraçado "Brasil", quando nôvo.

Ihe deu muitas dores de cabeça, e desde 1856, promovido a Chefe-de-Esquadra, recebera, como era de praxe, o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, inerente a todos os oficiais-generais. Comendador da Ordem de Cristo, de que já era Cavaleiro em 58, de Avis em 1860, recebeu, logo depois a Comenda da Legião de Honra.

Em 1852, haviam começado seus incidentes com uma figura política que com êle se cruzaria várias vêzes: o grande jurista, por tantos títulos respeitável, Zacarias de Góis e Vasconcelos. Por infelicidade, em relação ao nosso Almirante, não teve Zacarias ocasião de revelar, nesse momento, algumas das altas qualidades de que era indiscutivelmente dotado. Discutia-se a reforma da Secretaria da Marinha, reforma só aprovada em 1858. Tinha naquele momento o ministro, por lei, dois ajudantes, com o título de ajudantes-de-ordens. Como Encarregado do Quartel-General da Ma-

rinha, função que então exercia, devia Joaquim José Inácio considerar-se ajudante-de-ordens. Representou êle contra essa anomalia. Só os soberanos, entre os povos civilizados, tinham oficiais-generais como ajudantes-de-ordens, disse êle. Apresentou um plano de reforma. Não foi êste aceito. Não se conformando com a situação constrangedora em que ficara, pediu dispensa das funções de Encarregado do Quartel-General e do Conselho Naval. Entregou-se então o Almirante a leituras e traduções, coisa a que há muito tempo não tinha lazer para se dedicar. Grande proveito tirou para si mesmo e para o serviço da Marinha à qual ofereceu alguns dêstes trabalhos.

Mas a roda da política é traiçoeira. Dentro de alguns anos estavam invertidas as posições. Incumbido de organizar o Gabinete de 2 de março de 1861, Caxias quer entregar a Pasta da Marinha a um técnico, como hoje se diria. E vai chamar o seu companheiro de lu-

tas no Rio Grande. Está assim Joaquim José Inácio em plena política, Ministro da Marinha no Gabinete chefiado por Caxias, tendo na Fazenda e nos Estrangeiros o Visconde do Rio Branco (professor de Economia Política e diplomata) e no Império, Saião Lobato. Ministério técnico, como se vê. Mas não ficaram nisso suas funções políticas. Coube-lhe instalar o Ministério da Agricultura, recém-criado. Está claro que a oposição quis glosar a escolha de um almirante para a Pasta da Agricultura, coisa que o Governo defendeu cabalmente lembrando que o novo ministério era da Agricultura e Obras Públicas, e destas havia o Almirante tido larga experiência em suas funções de diretor de arsenais.

Como ministro, devia o jovem Almirante não somente administrar as pastas que lhe estavam entregues, mas ainda enfrentar uma desenfreada oposição, ávida de inverter as posições da gangorra partidária. Não esqueçamos de que alguns anos depois, um bacharel, político traquejado, pôsto à frente da Pasta da Guerra, no Gabinete Lafayette, viu-se derrotado exatamente no terreno que lhe devia ser favorável, que era o debate parlamentar.

Pois não se saiu mal nos perigosos lances políticos e na sua perigosa dialética parlamentar o antigo aluno de Lógica e Humanidades do Cônego Januário. Enfrentou com galhardia os arremessos de terríveis combatentes como D. Manuel de Assis Mascarenhas, parlamentar insolente, que chegou a desafiar para duelos alguns adversários, e o perigosíssimo Visconde de Jequitinhonha, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, verdadeiro acrobata na oratória campanuda e traiçoeira. Acima de tudo enfrentou o seu antigo Ministro Zacarias, com quem teve sérios debates. Todo o problema da reforma do Ministério é outra vez esquadrinhado perante o Parlamento.

Mais uma vez funciona a gangorra política. Porém, em 1862, sobem novamente os liberais, com a Liga Progressista, isto é, aliados aos que foram chamados conservadores progressistas. O novo chefe de gabinete era nada menos que Zacarias, que não se agüenta sete

dias no Poder. (Daí o nome de Ministério dos Anjinhos, porque sucumbiram ao mal de sete dias). Mas a liga se firma em sucessivos ministérios até que, em 1865, o Brasil, desprevenido como de costume, vê pela frente o fantasma da guerra, que os seus homens de Governo consideravam impossível. Nas vésperas do conflito o nosso representante em Assunção julgava totalmente impraticável a resistência paraguaia. Uma simples demonstração de força dizia êle enganadoramente, dispersá-los-ia. Pelo contrário o que se viu foi um país de população mínima armar um exército quase dez vezes maior que o nosso e pôr em sério risco duas províncias do Império.

Despertados para a realidade, tivemos que improvisar tudo. Claro que, com nossos recursos, o tempo seria nosso aliado. Mas era preciso converter rapidamente a indignação nacional em força organizada. A extensão e a desarticulação do Império poderiam oferecer uma resistência perigosa ao armamento. O Ministro da Marinha, Conselheiro Pinto Lima convoca os oficiais-generais da Armada e pede-lhes um plano de ação por escrito. O de Joaquim José Inácio está publicado no estudo sobre êle aparecido mais tarde, o precioso livro de Ernesto Sena, *Rascunhos e Perfis*. É um modelo de síntese e de bom-senso. É essencial conhecê-lo para compreender que o guerreiro, daí a pouco, vai pôr em prática exatamente aquilo que pusera sobre o papel.

Mas o calidoscópico da guerra, após os êxitos iniciais a situação mudara. O desastre de Curupaiti quebrara a ingênua arremetida inicial. Tamandaré que sustentara, até então, a honra e, principalmente, a autonomia de ação de nossa Marinha, estava esgotado, e dificilmente se entrosaria numa segunda fase da guerra, com o comando de Mitre. O Chefe do Gabinete era de novo Zacarias de Góis e Vasconcelos. A aclamação do nome de Caxias, como o Comandante natural e indiscutido das Forças Brasileiras, acarretava a indicação de um Comandante Naval que se harmonizasse com o Chefe Supremo. Nenhum mais indicado que o grande companheiro no Gabinete de 2 de março. Entre os dois

uma afinidade espiritual se estabelecera firmemente. Seria um paralelo digno de Plutarco, o que pode ser feito entre os dois grandes Comandantes sôbre os quais repousou naquele momento a honra e a integridade do Brasil. Antes de embarcar, conta o seu irmão e biógrafo Antônio Vitorino de Barros, ouviu missa na Igreja da Ordem Terceira da Imaculada Conceição, hoje destruída, acompanhou devotamente a cerimônia e, no momento solene da elevação da hóstia, abraçou-se à espada que, até então, trazia empunhada.

Nomeado em 3 de dezembro de 1866, em 21 já estava em Corrientes. Visitou comovidamente o túmulo do filho caído em Itapiru como um herói: o bravo Mariz e Barros que, na hora de morrer, só se preocupava em fazer chegar ao pai uma mensagem: a de que morreria honrando-lhe o nome.

A 22 é o encontro com Tamandaré que lhe transmite o comando do que denomina de a "plêiade de bravos". Da mesma data é a sua primeira ordem do dia que termina por estas palavras que dão o tom de todo seu comando: "Viva o querido da vitória, o primeiro dos brasileiros entre nós, o nobre General Marquês de Caxias". Daqui por diante, o Comando Naval, que não está submetido ao Comando Supremo de Mitre, vai agir em articulação com a figura exponencial da nacionalidade, que não conheceu jamais a derrota.

Em janeiro de 1867, Joaquim José Inácio é promovido a Vice-Almirante e confirmado no comando efetivo da armada em operações. Logo em março recebe a Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis. Começa então uma ação harmônica e perfeita entre o Exército e a Marinha.

Em 15 de agosto, dia de N. S.^a da Glória, circunstância que o piedoso Comandante não deixaria de assinalar, realiza-se, afinal, o primeiro de seus grandes feitos, obviamente constante dos planos de ação, mas irrealizável sem a conquista prévia, de um apoio terrestre para a manutenção: a passagem de Curupaiti. Tudo transcorre a contento, e seria perfeito se o Chefe Elisiário Bar-

bosa não houvesse perdido um braço. O título de Barão de Inhaúma, concedido a 27 de setembro de 1867, visa precisamente comemorar o feito naval e liga o natural de Lisboa à terra brasileira, condecorando-o com o nome do recanto carioca, onde êle possuía uma propriedade.

Já agora os esforços se concentram em tórno de Humaitá, a inexpugnável fortaleza, colocada num cotovelo do Rio e que era considerada a chave da defesa paraguaia. A ação de Inhaúma foi de uma técnica perfeita. Meses a fio enfraqueceu moralmente o adversário com um bombardeio sistemático. Às exigências do Comando Supremo de Mitre que instava pelo avanço, contrapunha a necessidade de não repetir a aventura de Curupaiti em 66. Não seria *papa-balas*, nem um *come-fogo*. "Mas na hora que entender que a honra exige irei adiante."

A Passagem de Humaitá, realizada a 19 de fevereiro de 1866, suscitou da parte dos mais tenazes inimigos do Brasil uma admiração incontida. Dois adversários principais contumazes teve a ação do Brasil em tôda a campanha. A de Elysée Reclus, na *Revista dos Dois Mundos*, de Paris e a do jornal inglês *Standard*, de Buenos Aires. O primeiro era um renitente anarquista, íntimo do papa do anarquismo, o Príncipe Kropotkin, com quem editara na Suíça o jornal *Le Revolté*, e em Paris, *La Révolte*, pregando a abolição da propriedade, da família, da pátria e da religião. Pois êste inimigo da propriedade tomou-se de paixão desenfreada pelo protetor dos latifúndios; o inimigo da família pelo executor do mais desenfreado nepotismo; o adversário da pátria e da religião, de um fanático do criador do mito do paternalismo ungi-do de podêres sobrenaturais. Êste morreu impenitente em face da limpeza de intenções do Brasil. Não houve meios de fazer-lhe entrar pelos olhos a evidência de nossa boa-fé. O *Standard*, porém, rendeu-se diante dos feitos como de Humaitá. O orgulhoso redator britânico escreveu aquilo que soaria como vanglória se fôsse dito por um brasileiro. "Nenhum feito de igual importância ocorreu nesta parte do Mun-

N° 3116

Division
administrative.

1^{er} Bureau.

Nomination de Commandeur.

S. M. l'Empereur, par Décret du
 vingt six septembre mil huit cent soixante,
 a promu au grade de Commandeur de l'Ordre Impérial
 de la Légion d'honneur M. **Ignacio**,
 (Joaquin José),
 Vice Président du Conseil naval,
 Chef d'Escadre Brésilien,

pour prendre rang à dater du même jour.

Collationné :

Le Chef de la Division.

Gallay

Paris, le 3 Octobre 1864.

Le Grand Chancelier
 de l'Ordre Impérial de la Légion d'honneur,

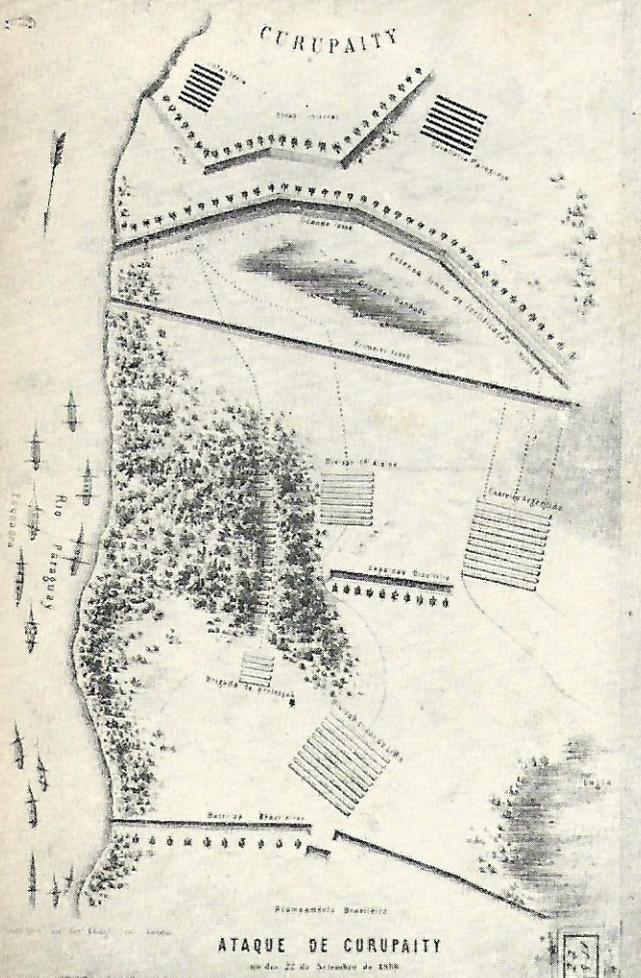


M. de Saldanha

Par le Grand Chancelier :

Le Secrétaire général,

Genl. Esnang



Mapa do rio Paraguai, vendo-se na margem esquerda a fortificação de Curupaity.

do na presente geração”, diz o crítico inglês. A passagem emparelha, em suas conseqüências, sòmente com Albuquerque e Trafalgar. A descarga da artilharia era tal que a terra tremia em Itapiru, a oito milhas da batalha. Humaitá, comenta o *Standard*, fôra examinada por oficiais das Marinhas Americana, Inglesa e Francesa. “Ninguém que tenha visitado a praça duvidou de sua força”. O velho Lopez costumava dizer que resistiria à invasão de Xerxes em Humaitá.

Reclus, na *Revista dos Dois Mundos*, em 18 de dezembro de 1867, julgara-a absolutamente intransponível e chegara a vaticinar, felizmente sem a competência que ninguém lhe contesta em Geografia: “Depois de ter sido por tanto tempo a glória e a esperança do Brasil [a Esquadra Paraguaia] está des-

tinada a desfraldar um dia, diante do Rio de Janeiro, o pavilhão paraguaio.”

E contudo, dois meses depois, Inhaúma podia dizer que caíra a resistência paraguaia. Daí por diante não havia qualquer possibilidade de salvação para Lopez. Têcnicamente a guerra estava ganha.

Mitre considerava a Passagem de Humaitá de tal modo essencial, que a admitia com perda de dois terços da Esquadra, ou mesmo com a perda total, conforme escrevera em setembro anterior. Ora, Inhaúma conseguira realizá-la sem a perda de nenhum elemento!

A 21 de julho, mais três unidades seguiam-se às primeiras. Curioso é que no momento exato em que adversários tenazes abaixavam as armas diante do fato indiscutível, partiram, mais uma vez, de adversários políticos, as mais injustificáveis acusações.

Não é possível reabrirmos aqui o estudo da crise entre o Gabinete e o comando militar representado por Caxias, argüido de inoperante em face dos caluniadores. O caso foi exaustivamente estudado pelo nosso saudoso consócio Wanderley Pinho.

Já vimos que os contatos antecedentes entre Zacarias e Inhaúma não foram cordiais. As conjunturas da guerra unia-os diante do perigo comum. Mas os ressentimentos permaneciam, especialmente pela complacência diante de correligionários. Em carta a Firmino Rodrigues Silva, transcrita na excelente biografia que lhe traçou o neto, Nelson Laje Mascarenhas, (Brasiliense, pág. 344), desabafa o Almirante vitorioso: “Aqui continuamos neste inferno, cada vez mais insuportável pelos adventos de descomposturas que daí nos vêm. Só se vendo é que se pode acreditar que o Brasil entregou a dois homens a desafronta do seu brio e pundonor nacional, que êstes homens têm dado uns poucos dias de glória à Nação, e que mais não fazem porque lhes é humanamente impossível fazer mais: entretanto, consente-se que sejam êstes homens públicamente zurzidos como se fôsem infames cobardes e réprobos sem que a polícia imponha silêncio aos muito conhecidos e crapulosos foliculários que diàriamente os

N.º 111 Commando em Chefe da Força Naval do Brasil em Opera-
ções contra o Governo de Paraguay. Bordo do *Imperio*
Sinora, em *Recumbas*, 1.º de Agosto de 1865

R.º 27 -

M.º E.º Sr.

São quatro horas da tarde, e acorda
de ancorar, neste ponto a *Companhia Americana*
Waik, cujo Commandante me envia
o officio junto para ser entregue a V.ª E.ª de
vossa ordem ao referido.

Deus Guarde a V.ª E.ª

M.º E.º Sr. *Marguez de Caxias* Marechal de Guerra,
Commandante em Chefe de todas as forças Brasileiras, e das
seus aliados em operações contra o Governo de Paraguay.

Visconde de Inhaúma
Comandante em Chefe

insultam, e lhes tiram o prestígio, sem o qual perderão tôda a fôrça moral entre os seus comandados! Apesar de marinheiro, sei que coisa é a liberdade; sei também que tem ela suas restrições, principalmente em tempo de guerra. Que idéia farão dos generais que a dirigem aquêles que, fóra do Brasil, lerem o que a seu respeito dizem o *Diário do Povo*, o *Messias* etc. Digam o que quiserem os homens políticos, os diplomatas e todos os mais que *fingem* não fazer caso de descomposturas; cá por mim declaro que quando elas me tocam por casa, a minha vontade é largar amarra por mão, ir esconder-me na obscuridade da minha casa, e deixar que o diabo leve tudo para o seu santo reino, e que venha comandar a Esquadra algum Subrá, ou outro que tal. Meu caro senador, desculpe-me, se não abro de quando em vez a válvula de expansão, arrebento.”

Em outra manifestação íntima, que em breve examinaremos, esclarece êle melhor que não o ofendiam tanto os ataques dos opositoristas quanto os golpes caluniosos de elementos que êle sabia dependerem indiretamente do governo. Aí é que se reabrim as feridas das velhas querelas.

Teriam sido estas queixas as causas decisivas da grande alteração da política em 1868? Já provou Wanderley Pinho que não. O próprio partido dominante sentia o fatal desgaste das situações resultantes de instáveis alianças políticas. Quem o diz é nada mais, nada menos que um dos grandes líderes liberais do momento, num livro cheio de mágoas, ressentimentos, mas também de autocritica, como está na moda dizer:

“A queda do ministério que em julho de 1868 entregou o poder aos conservadores, teve motivos que as crônicas não registraram. Registro-os eu, testemunha e um tanto ator na cena. Silveira Lôbo, que até então tinha hostilizado todos os ministérios, exceto unicamente o de que foi membro, começou por sustentar Zacarias, mas em 1863 estava em *conspiração*. Contava derrubá-lo e herdar a Presidência do Conselho: chegou a mandar consultar pelo Dr. Macedo, ao Martinho, [de

Campos], ao Tavares Bastos e a mim, se apoiáramos um ministério nôvo, composto exclusivamente de liberais puros. A conspiração prosperou e parece que tinha cúmplices na praça; o que, sabendo Zacarias, aproveitou o pretexto da escolha de Sales Tôres Homem para o Senado, dissolveu o ministério e, recusando aconselhar o imperador sôbre o sucessor, fêz que fosse chamado o Visconde de Itaboraá que dissolveu a Câmara.” (Cristiano Ottoni *Autobiografia*, pág. 16, 1908).

De modo que isso de querer explicar simplesmente a mudança governamental como um golpe desferido pelos militares, é uma simplificação malévola de um fenômeno bem mais complexo.

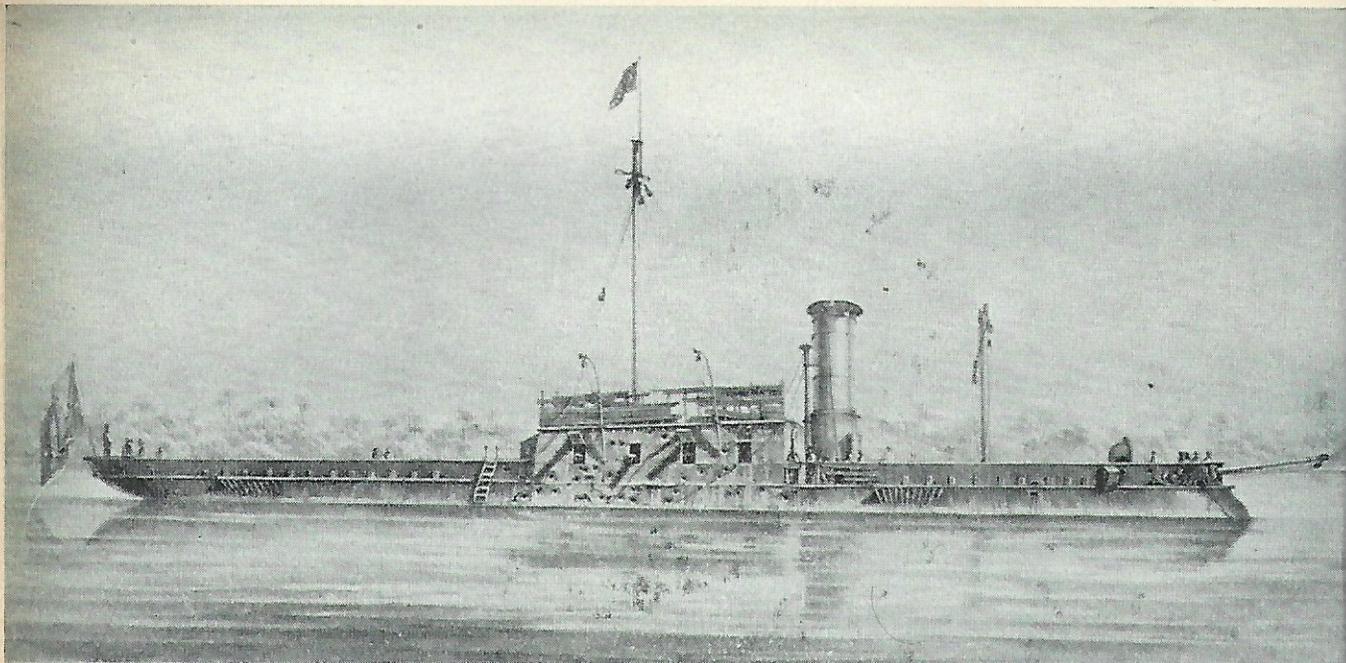
Pelo que se vê, os dois chefes que se encontravam com freqüência e se entendiam perfeitamente, amargaram patriôticamente suas queixas e continuaram cumprindo o seu dever e não estavam preocupados senão com os titulares de suas pastas. Em setembro de 67, a reação do almirante, através do veículo que vamos examinar em breve, não foi sequer favorável à mudança ministerial. Se tinha cicatrizes das lutas com o chefe do gabinete, confiava plenamente no jovem Ministro da Marinha, o Conselheiro Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, que estava em plena harmonia com seus planos e sempre manteve com êle boa amizade. “Praza aos céus, (dizia êle), que tão fatal semente de desgosto não seja plantada aqui no acampamento.”

Resta-nos abreviar a narrativa da atuação de Inhaúma. A missão da Marinha estava cumprida, com o forçamento das fortificações de Angustura; restava ao Exército completar o avanço final. Daí por diante, já não podiam manobrar as grandes unidades.

Mas a saúde do almirante, elevado a Visconde de Inhaúma, também findara. Caxias impressionado com seu estado de fraqueza insta para que volte imediatamente ao Rio. Ao chegar a Montevideú, seu estado de fraqueza era tal que interrompeu o diário que vinha fazendo, diário que existe intacto em poder da família. “Estou exausto de fôrças, escrevo com tanta dificuldade que paro a cada palavra.”



Visconde de Inhaúma. Litografia de Sisson, publicada na Galeria dos Brasileiros Ilustres, Rio de Janeiro, 1859/61.

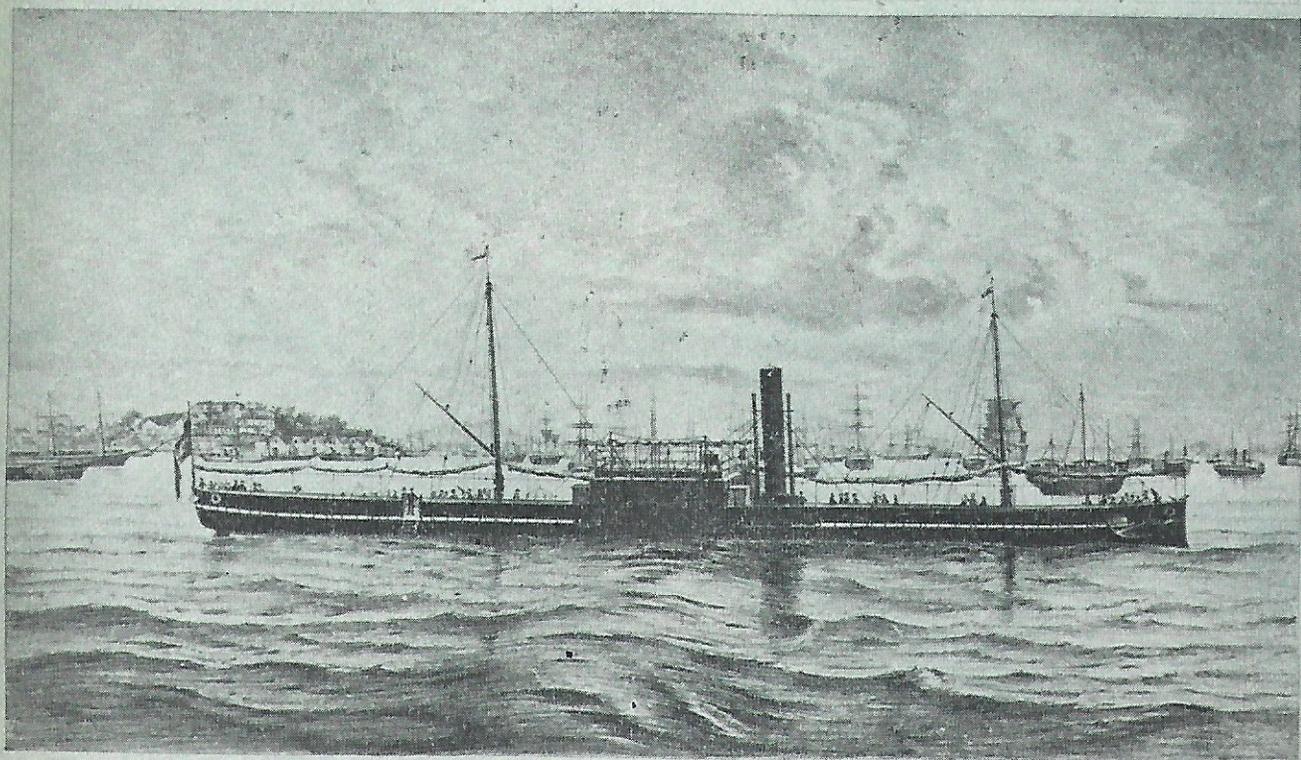


A CORVETA ENCOURAÇADA BRASIL

Depois do combate com a bateria de Curupaiti, no Paraguai, no dia 22 de Setembro de 66.

O Brasil encorrou no mar de 1866, depois do combate de Curupaiti, no Paraguai, no dia 22 de Setembro de 1866. O Brasil encorrou no mar de 1866, depois do combate de Curupaiti, no Paraguai, no dia 22 de Setembro de 1866. O Brasil encorrou no mar de 1866, depois do combate de Curupaiti, no Paraguai, no dia 22 de Setembro de 1866.

O encorçado "Brasil" capitânia de Inhaúma, no estado em que ficou depois da passagem de Curupaiti, em 22/9-1866.



BARROSO

Corveta encorçada da armada brasileira.

Comandante Saigado. Construtores Leve e Bracconnet.

O encorçado "Barroso", um dos dezessete navios encorçados que a Marinha Imperial possuiu durante a Guerra do Paraguai.

Chegou ao Rio a 18 de fevereiro de 1869. Diz Ernesto Sena que o imperador estava, por coincidência, no Arsenal de Marinha quando chegou o herói, amparado por seus parentes e íntimos. Ficou tão impressionado que se retirou abalado, sem coragem de falar ao súdito fiel. Comentando a chegada disse bem o *Diário do Rio*: "Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma ficou no Paraguai, onde consumiu as suas forças. Voltaram seus restos quase inanimados." De fato poucos dias depois, na casa de um amigo na Tijuca, a 8 de março de 1869, dava a alma ao Criador, com a maior demonstração de fé religiosa.

Recebeu tôdas as homenagens devidas a sua alta hierarquia, não lhe faltando extensa e valiosa biografia, aparecida no ano seguinte, de autoria de seu irmão, Vitorino de Barros, que é um digno par da obra consagrada por Pinto de Campos ao seu grande companheiro. Mas é uma raridade. Poucos a conhecem. Ouso fazer votos para que as homenagens escritas ao grande héoi, que, na forma do poeta, duram mais que o bronze, *aere perennius*, se estendam a pouco mais que simples reedição da biografia fraterna. Tal obra não é mais, quanto aos episódios da guerra, do que um extrato com menos sabor, de uma correspondência curiosíssima que se publicou na *Semana Ilustrada* durante todo o tempo do Comando de Inhaúma. Pude consultá-la amplamente pela extrema gentileza de meu velho amigo Plínio Doyle, que pôs sua preciosa coleção a meu serviço. Diga-se de passagem que aquela publicação dirigida por Henrique Fleiuss constituiu o verdadeiro órgão officioso do comando de Inhaúma. Tanto a documentação iconográfica abundante e preciosa — enviada diretamente pelo comando naval, como se explica em nota — como os comentários espirituosos, constituem uma fonte imprescindível para o estudo da época. *Vercingetorix*, segundo informa Lery Santos, em seu *Pantheon Fluminense* era Vitorino de Barros, irmão carioca de Inhaúma. Estes comentários acompanham a guerra desde o seu início. Mas a partir da assunção de Inhaúma, surge nova

série de cartas que vão acompanhando, dia a dia, a atuação do nôvo comando. Estão assinadas por um pseudônimo curioso *Leva-arriba*. Vieira Fazenda em suas *Antiquilhas* e Ernesto Sena, em seu estudo citado, feito, ao que tudo indica, com a colaboração da família, atribuem ao próprio Inhaúma a autoria de tais cartas. Mas Tancredo de Barros Paiva, parente do Almirante, em seu *Dicionário de Pseudônimos* e Lery Santos em seu *Pantheon*, dão ao irmão Vitorino a responsabilidade dos preciosos comunicados. Que êles representam exatamente o pensamento do Almirante, não pode haver dúvida. O estilo, as expressões, são os das cartas divulgadas. Mas que sejam de seu punho é pouco provável, dados os contínuos e inúmeros elogios feitos à figura do comandante. Uma leitura atenta de algumas cartas publicadas por Sena e, especialmente, da biografia clássica do irmão Vitorino parece-me levantar a ponta do véu desse mistério. A todo momento refere-se o biógrafo às comunicações diretas recebidas do irmão, dos campos da luta. Parece-me que conciliamos tôdas as versões com esta hipótese: Inhaúma escrevia dia a dia ao irmão, os acontecimentos e as observações que lhe ocorriam e que êle consignava em seu diário; daí as minúcias, os têrmos precisos dos diálogos secretos ou quase secretos com Caxias e com Mitre; os comentários e defesas ardentes dos oficiais agredidos pela imprensa platina e carioca. O texto publicado, porém, era filtrado e enfiado por Vitorino, antigo colaborador da *Semana Ilustrada* com outros pseudônimos, o que permitia o acréscimo de expressões elogiosas ao informante. Daí também cessar a seção assinada *Leva-arriba* com a volta de Inhaúma. As cartas autênticas do Almirante ao jornalista podem ter desaparecido. Mas as crônicas são a verônica do pensamento oficial do comandante. Uma reimpressão da biografia exige um volume suplementar com a transcrição das crônicas de *Leva-arriba*, para vantagem dos pesquisadores e prazer dos leitores das velhas crônicas. Porque Inhaúma, como disse acima, era um excelente e espirituoso narrador. É o que nos conta

Sena, que com êle conviveu. *Leva-arriba* utiliza, a todo momento, têrmos marítimos e provérbios náuticos. Eu mesmo trouxe de sua leitura farta colheita de expressões saborosas. E, às vêzes, larga a ironia e ataca de rijo os caluniadores. Os oposicionistas sofrem as alfinetadas de sua malícia. Sofrem especialmente Frei Martinho (o terrível oposicionista Martinho Campos), o empertigado *Polegada* (o Deputado Tavares Bastos, também chamado *Tom Pouce*, reeditor das acusações de Pinto Guedes). “Um pensa que há de levar tudo a bacalhau e o outro esquece-se de que nem tudo é a teta da vaca *yankee*”. (Maliciosa alusão à abertura do Amazonas).

Não se pode dizer que o Visconde morra de amôres pelo General Mitre. Suas alusões são sempre contrárias às decisões do chefe geral, freqüentemente chamado o *Asa Negra*, ou *Mr. Guignon*. Diz Sena que existe na Biblioteca da Marinha uma cópia do plano de Mitre picarescamente anotado por Inhaúma.

A 19 de julho de 1868 explodiu em indignação contra um artigo do *Diário do Povo* repetindo a calúnia inventada pelo Barão do Rio da Prata. O artigo era de Tavares Bastos, mas o Visconde atribuiu-o à inspiração de um inimigo que seria o informante: “Descobri o pai da criança: é um sátiro salaz de seus sessenta e tantos anos e que em tão longa vida não tem um só ato meritório. Torpe na juventude, na virilidade e na velhice, a torpeza o acompanhará na decrepitude até dar a alma a satanás, herdeiro legítimo de tôdas as almas apodrecidas no vício e na crápula.”

Aqui não entrevemos o cordial *Tio Joaquim* mas o enérgico e duro disciplinador do convés de um barco de guerra. E termina: “Não transmita o segredo a nenhum oficial de Marinha porque decifrarão incontinenti a charada e eu desejo poupar aos amigos o incômodo e o aborrecimento de pronunciarem nome tão imundo.”

Zombando de um suelto malicioso do *Diário do Rio*, de 1º de junho, comenta não poder identificar o informante. Mas “não pode ser oficial em operações.

Não diga que Humaitá é vista só pelos vaos dos joanetes. As embarcações combatentes têm os mastros arriados e portanto não é possível ver-se o que quer que seja dos vaos dos joanetes. Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo.”

Em novembro de 68, chegam notícias de que o Visconde seria deputado pelo Amazonas, ou entraria na lista tríplice de senador pelo Rio. Comenta o *Leva-arriba*: “Não sei se o honrado Visconde conservador terá assento na Sibéria ou no Hindustão.” Mas “a guerra tem de ser largamente discutida nas Casas do Parlamento. Se fôr apreciada só pelo nobre *Almirante da Ilha das Flôres*, pelo *General S. Filice* de Minas e outros quejandos generalões de mar e terra, está bem aviado o País.”

Aí estão algumas charadas para o eventual anotador da edição crítica.

Em novembro de 67, zomba dos que pretendem descobrir o incógnito correspondente: “Ainda não abaixei a viseira. Ninguém das regiões platinas nem das ribas da Guanabara, descobre quem é o abelhudo *Leva-arriba*.”

Em carta de 25 de agôsto, queixa-se amargamente da insistência de Mitre em forçar a passagem da fortaleza sem que estivessem dadas as providências imprescindíveis. “Esta *Asa negra*, agora mais que nunca pretensiosa, êste diplomata de *troca rebenques* [referência à conferência de Itaiti-corá tão mal sucedida] é dos meus pecados. Não lhe digo quanto oiço a respeito dêle porque não quero ser acoimado de pessimista e mesmo porque não tenho queda para a endiabrada política que é impertinente abelhuda. Entretanto não posso deixar de asseverar-lhe que fiquei de calafrios logo que soube que êsse *guignon* tomou de nôvo a suprema direção da guerra.

Acometer de viva força os inúmeros obstáculos de que deixaram eriçar as imediações da fortaleza e o canal, é sinônimo de temeridade palpitante, de resultados funestos e sacrifícios inúteis, máxime sem apoio algum das forças de terra. Não se convenceram os *asas* negros que as esquadras em todos os países e em todos os tempos são auxiliares dos exércitos de ocupação?

Apenas, porém, alteram-se as condições, e as circunstâncias começam a favorecer a empresa, as notícias apresentam sinais de que a passagem se aproxima. A carta de 22 de agosto dá os primeiros avisos do plano: “O Almirante rumina a idéia de transpor os obstáculos artificiais e naturais horrivelmente acumulados ante Humaitá. A Torre de Londres [principal casamata] tem sofrido muito. Uma das chatas suportes de correntes foi a pique.”

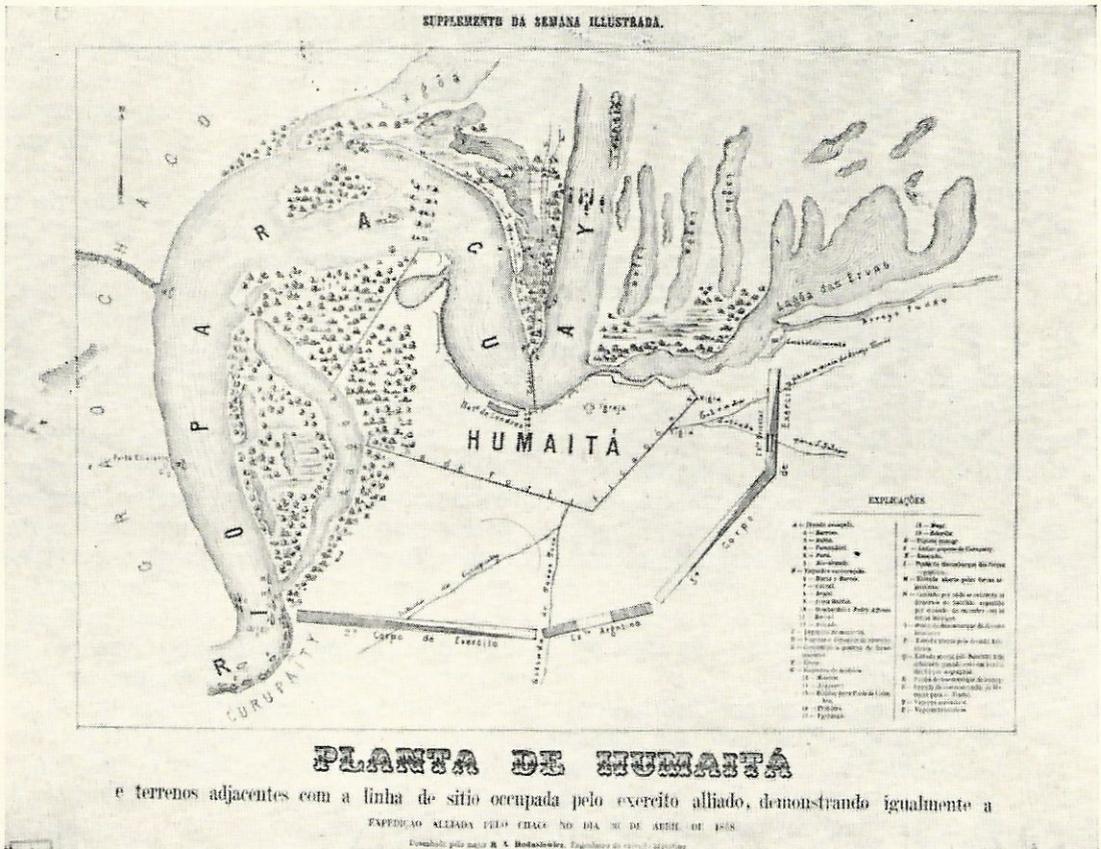
Pelas picadas abertas em terra tem recebido o abastecimento, mas é precário e perigoso. Só poderá movimentar a Esquadra quando se assegurar do avanço do Exército para um ponto acima da fortaleza, capaz de servir de base para as provisões e o armamento.

Em 4 de outubro noticia o afundamento de mais três chatas de correntes em frente à fortaleza. Nova corrente foi passada acima.

Em 14 de janeiro as notícias já são mais graves. A enchente do rio, bem observada, revelou a fraqueza do processo das correntes. “Enchendo de novo, o que parece acontecerá em breve, e logo que cheguem os monitores, creio que o almirante tentará negócio sério. O homem é impenetrável e não comunica o seu projeto.”

A 21 de fevereiro, vem afinal a descrição minuciosa da passagem seguida dos comentários costumeiros: “Venham agora a imprensa platina e da Europa a sôlido de Lopez embaciar o esplendor de nossa glória.”

Mas nenhum elogio dos publicados na *Semana Ilustrada*, que dedicou um número inteiro ao acontecimento, inclusive uma curiosa alegoria em que se vêem o Almirante Inhaúma, o General Caxias e o Presidente do Conselho Zacarias abraçados sob a glória e aclamados pelo povo, enquanto um moleque



Mapa do Rio Paraguai, tendo à margem esquerda a fortaleza de Humaitá, passada pela Esquadra Imperial sob o comando do Almirante Inhaúma.

persegue um personagem que simboliza o *Anglo-Brazilian Times* que leva na mão o punhal da traição, nenhuma homenagem digo, terá tido o sabor da carta de Caxias, transcrita por Ernesto Sena:

“Tuiucuê, 20-II-1868

“Meu amigo. A sua Esquadra brilhou: não se podia fazer mais, nem com mais habilidade. Estive já ontem com o Delfim. [Carlos de Carvalho, Barão da Passagem, genro de Inhaúma] a quem dei um apertado abraço e aos comandantes e práticos dos felizes navios que subiram.

E agora vem o cumprimento do plano por parte do Exército: Eu por terra fiz o que lhe prometi: não mandei, fui em pessoa dirigir uma coluna de seis mil homens das três armas, na hora ajustada para a passagem dos monitores e encouraçados da Esquadra, e com essa força atacar o exterior de Humaitá; tomei depois de três horas de renhido combate, o forte do flanco esquerdo daquela praça, que estava guarnecido com 15 bôcas de fogo, tôdas já estão no meu acampamento.”

E depois de algumas notícias complementares:

“Estou com muita pressa. O portador lhe dirá o resto.

“Seu amigo e colega Luís.”

Combinação perfeita de planos, como se vê, entre os dois chefes das forças de terra e mar. Não é possível ler êstes depoimentos sem emoção.

29 de julho: a carta noticia o hasteamento solene da Bandeira Brasileira em Humaitá, com missa e *Te-Deum*.

A de 6 de agosto contém uma queixa das versões argentinas do avanço sobre o Chaco, com omissão do tocante gesto de um capelão brasileiro que conseguiu a rendição de um batalhão paraguaio completo, que seria infalivelmente aniquilado.

A de 29 de agosto narra detidamente os encontros do Marquês de Caxias com o Almirante, tomando as últimas decisões para o remate das operações.

A de 2 de outubro narra um último choque, com tentativa de abordagem por parte dos paraguaios. Sua vida correu sério perigo. Por coincidência o

combate foi assistido por canhoneiras estrangeiras: uma inglesa, uma francesa e uma italiana. “Peço-lhe que não repita o que fez” disse ao Almirante o Ministro inglês em Buenos Aires, Gould, que se achava na canhoneira inglesa. “Fui testemunha ocular do combate e do colóquio”, diz o *Leva-arriba*. Pude-ra! Pois se foi um dos interlocutores!

A de 8 de outubro contém um grito de indignação contra a imprensa de Buenos Aires que continua a menosprezar os feitos navais que não passam, segundo êles, da execução de um plano do comando supremo. “Admiro o despalante da imprensa platina e o desenrolar do novêlo de ingratidão ao nosso Brasil, sempre generoso e condescendente a não poder mais.”

Curioso é que, fiel ao Almirante, a *Semana Ilustrada* diverge dêle no julgamento de várias personalidades.

Sobre Firmino Rodrigues Silva, que Inhaúma considera amigo, a *Semana* arremessa algumas ironias pela sua posição antiministeralista.

Em janeiro de 69, as poucas cartas se preocupam com o fim de Lopez. Não poderia imaginar que a resistência se prolongasse ainda até 1º de março de 1870!

Está a bordo do *Brasil*, tratando-se de ferimentos em combate, o Tenente-Coronel Deodoro da Fonseca, “o bravo e inteligente Deodoro da Fonseca.” “Todos os FONSECAS, comenta, têm adquirido no Exército reputação de muito hábeis. De bravura têm dado mil exemplos.”

A última carta é de 17 de janeiro de 1869. A Lopez só restam cerca de mil homens. Serrano, seu amigo pessoal, está prêso a bordo. “Os macacos mataram a flor dos paraguaios”, repetia êle em guarani. “Não há mais Paraguai.”

A preocupação do *Leva-arriba* é agora a punição de Lopez. Se fôr morto em perseguição responderá à Justiça Divina. Mas se fôr capturado, o Brasil deveria fazê-lo julgar por um júri composto por juizes de tôdas as nações. É uma idéia precursora do Tribunal de Nüremberg.

Poderia percorrer, se o tempo não urgisse, algumas dezenas de páginas de boa prosa ora ligeira, ora dura, ora

agressiva ou pundonorosa, do cronista *Leva-arriba*. Que correspondem em tudo ao estilo do bom aluno de retórica e poética do Seminário de S. Joaquim, não há dúvida. Não era somente a crônica ligeira que êle era capaz de elaborar. Como todo letrado de sua geração incursionava às vêzes pelo campo da poesia.

Eis um soneto de estilo humorístico, colhido por Ernesto Sena entre os papéis de família e que demonstra que o bravo, que enfrentou a maior fortaleza da América sem perder uma só unidade, e que conduziu a Esquadra até onde podia avançar um navio de guerra, também sabia versejar:

A louca presunção de ser poeta,
que, a verdade falar, nunca me invade,
em mim quis hoje ter tal potestade
que por pouco me fêz ficar pateta!

"Há de versos fazer!" diz-me facêta...
"Há de versos fazer!" zune a vaidade...
E houve um tal vaivém há de não há de
Que por fim ides ver o que acarreta.

— Nobre dona, louçã, gentil donzela...
"Por aí não vai bem; dá-lhe outro jeito."
— Ora, musa, não dê à taramela.

"Oh tu, que tens de humano o gesto e o peito,"
Emboca a tuba (brada-me então ela)
Repete — *Gratidão!* Tens tudo feito.

Eram assim os homens daquele tempo. *Gigantes autem erant super terram in diebus illis*. Havia gigantes naqueles tempos, diz o Gênesis. Homens de coração no seio da família, de capacidade nos labôres profissionais, de gôsto nas lides do espírito, de habilidade nas polémicas políticas e de aço inquebrantável em face do adversário.

Eis aqui, pois, o meu apêlo. Honremos a memória dêsse exemplar marinho fornecendo às novas gerações os meios de compreendê-lo, publicando-lhe os documentos, as memórias, os diários e as lembranças. Só assim viverão êstes heróis na alma dos atuais e vindouros brasileiros para todo o sempre.

Conferência proferida no Clube Naval
em 7 de março de 1969